

Sistematização mantém unicidade, federações e contribuição sindical

ANC 88

16 OUT 1987

GLOBO

Votação derrota a pluralidade do sindicalismo

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem a manutenção da unicidade sindical, proposta em emenda do Deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), por 63 votos a favor, 19 contra e uma abstenção. Um acordo, no plenário, entre "progressistas" e "moderados" levou à rejeição — por 83 a cinco — de destaque do Deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) que propunha a pluralidade.

Segundo o dispositivo aprovado, só poderá ser constituído um sindicato por categoria profissional ou econômica, em base territorial não inferior a um município, definida pelos trabalhadores e empregadores. A emenda conserva ainda a contribuição sindical obrigatória, descontada em folha, para a manutenção das entidades e assegura a existência das federações e confederações de trabalhadores e patrões.

A sessão foi marcada pela discussão do melhor modelo sindical. De um lado, isolado, o PT e a Central

Unica dos Trabalhadores — CUT — que sempre lutaram pela pluralidade. Na votação da emenda de Lula, entretanto, o PDT apoiou o Liderpetista, por entender sua proposta como a mais ampla. Lula desejava substituir todo o artigo nono dos Direitos Sociais, argumentando que a liberdade de organização como preceito constitucional seria a maior conquista da classe trabalhadora nesta Constituinte. Segundo ele, a tese de que a pluralidade sindical pulveriza as entidades e enfraquece a classe trabalhadora não resiste ao exemplo da Petrobrás, cujos empregados são organizados em 16 sindicatos e constituem a categoria mais unida do País.

Lula disse que a sua emenda não falava em pluralidade sindical, mas em liberdade, e afirmou:

— Não conheço meia liberdade. Ou melhor, a única meia liberdade que conheço é a Nova República que está falida e não é nem meia, mas um

quarto de liberdade.

Contra o pluralismo e a favor da unicidade sindical falou o Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE). Segundo ele, aprovada, a emenda Lula abriria as portas da divisão no movimento sindical:

— Com o pluralismo, os sindicatos continuarão atrelados aos partidos políticos, que é o que deseja a CUT. É a divisão resultante desta condição não interessa aos trabalhadores, mas aos patrões.

O Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), bem como os três relatores adjuntos, Senador José Fogaça (PMDB-RS) e os Deputados Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), apoiaram o acordo que possibilitou a aprovação da emenda de Geraldo Campos. Por um entendimento da Mesa, inédito, o autor do destaque pôde modificá-lo antes da votação. Desta forma, a emenda de Campos, que era substitutiva global, passou a parcial, mantendo seis parágrafos do texto de Cabral.

DOS DIREITOS SOCIAIS

Seguridade rural e associação sindical

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou, ontem à tarde, os seguintes dispositivos do capítulo II — Dos Direitos Sociais:

Art. 8º (9º já aprovado) — O produtor rural que explora sua propriedade em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirá à seguridade social através da aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção agrícola e obterá os benefícios com valor equivalente ao salário-mínimo, podendo equiparar-se ao segurado autônomo, na forma que a lei estabelecer.

§ Único — Equiparam-se ao produtor rural, para os efeitos da Previdência Social, o parceiro, o meeiro, o arrendatário e seus respectivos cônjuges, inclusive o daquele.

Art. 9º (10º já aprovado) — É livre a associação profissional e sindical.

§ 1º — É vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical e a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 2º — Não será constituída mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de uma categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, definida pelos trabalhadores e empregadores, respectivamente, não podendo ser inferior a de um município.

Desarticulação começa a preocupar os 'moderados' ante avanço 'progressista'

BRASÍLIA — A falta de articuladores capazes de unir os "moderados", a organização mais eficiente das esquerdas, a crise da Aliança Democrática e a indecisão do Governo são os motivos apresentados por alguns constituintes para as sucessivas vitórias "progressistas" na Comissão de Sistematização, conseguindo aprovar quase todas as suas propostas no capítulo dos Direitos Sociais.

A desarticulação começou a preocupar os "moderados" depois da aprovação da estabilidade e atingiu o clímax com a determinação do pagamento em dobro das horas extras. Estas são questões de difícil reversão no plenário da Constituinte.

O Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) atribuiu as derrotas a uma esquerda "pseudo-democrata que vem conseguindo a adesão de alguns moderados que temem o voto impopular".

Para o Deputado Gilson Machado (PFL-PE), o maior problema é que os "moderados", ao contrário das esquerdas, não se concentram em emendas únicas e acabam se dividindo.

A indefinição do Governo foi citada pelo Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) para justificar a desordem dos "moderados".

Para o Deputado Luis Eduardo (PFL-BA), as derrotas devem-se fundamentalmente às divisões do PMDB, em "progressistas", "moderados" e "populistas", e do PFL, no qual um bloco vota com o Senador José Richa (PMDB-PR) e outro segue a orientação do partido.

O Secretário Geral do PMDB, Deputado Milton Reis (MG) disse acreditar que o plenário vai mudar tudo o que for progressista demais.

Richa discordou da idéia de que os "moderados" estejam saindo derrotados. Expressou esperanças de que grande parte do capítulo dos Direitos Sociais seja remetida para a legislação ordinária.

Já o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que tem sido criticado pelo PFL e pelo PMDB por não controlar sequer seu limitado grupo, atribuiu o problema ao PFL, exemplificando com a votação da jornada de trabalho, em que a divisão da Liderança levou parte do PFL a votar com o Senador Carlos Chiarelli (RS).

BRASÍLIA — A votação do artigo sobre sindicalismo uniu os interesses da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) contra a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli (RS), tentou convencer os constituintes de seu partido a votar contra a emenda do Deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) — a vencedora — em discurso a favor da pluralidade sindical. Chiarelli lembrou ao plenário que a Câmara dos Deputados apoiou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defendia este princípio e afirmou ainda que ao contrário da unicidade, o conceito pluralista nunca conviveu com o autoritarismo.

— O princípio do pluralismo não é apenas uma norma do PFL mas um conceito do liberalismo social adotado pelo nosso partido — afirmou Chiarelli ao pedir os votos do PFL contra a emenda Campos.

— A unicidade — disse o Líder — inviabiliza o processo democrático e cria um monstrengo constitucional.

Apesar dos seus apelos, o seu partido e mais o PMDB, o PCB, o PC do B, o PL, o PDS e o PTB votaram quase que fechado com a emenda de Geraldo Campos, que garante o princípio da unicidade. Apenas oito constituintes do PFL votaram contra a emenda e, no PMDB, foram registrados apenas sete votos contrários à proposta resultante do acordo.

Na interpretação do Presidente da CUT, Jair Meneguelli, que assistiu a toda a sessão, a proposta aprovada inviabiliza as centrais únicas, que continuam sem condições de receber recursos advindos das contribuições sindicais. Pelo parágrafo 4º, de acordo com Meneguelli, quando está escrito que a contribuição da categoria será destinada ao custeio do sistema confederativo de sua representação sindical, estão excluídas as centrais, ao mesmo tempo que mantidas as federações e confederações.

A este respeito, o Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno, observou:

— Em primeiro lugar, cassaram as centrais. E, se forem legalizadas por força de um novo dispositivo, que ainda pode ser votado, quero ver quem vai conseguir unir em uma só a CUT e a CGT, já que apenas uma delas será reconhecida e representativa.